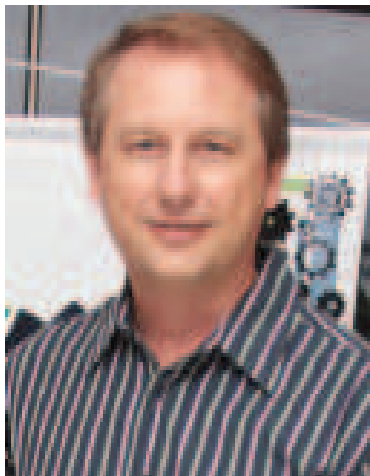


► Editorial

Mas o que é o Sindicato?

O questionamento do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht foi o ponto de partida para essa edição de O Engenheiro. Dessa forma, refletimos sobre o nosso próprio umbigo e abordamos um tema que diz respeito ao Senge-PR e seus representantes. Afinal, quais são os desafios para o movimento sindical? De que forma os sindicatos de trabalhadores podem atuar, num mundo cada vez mais individualista e fragmentado, com as rela-



Ulisses Kaniak

ções com a direção da empresa que se mostrou a princípio intransigente e inflexível, os sindicatos e trabalhadores conseguiram 1% de ganho real. Apostura dos trabalhadores foi determinante para que conseguíssemos arrancar, com muita luta, uma proposta um pouco melhor para o acordo.

Parabenizo a toda a categoria de engenheiros, que desde as assembleias de formação de pauta compreendeu a importância da união

dos trabalhadores copelianos. E que manteve com firmeza esta posição até o fim, numa demonstração de que nossa determinação e nossa honra não se sujeitam à vontade de alguns ou à coação dos que se acham individualmente mais fortes. A cobertura completa da negociação do ACT pode ser vista no blog do Coletivo Sindical dos Trabalhadores da Copel, pelo endereço: coletivocopel.wordpress.com

Para responder essas e outras questões pertinentes ao tema, ouvimos sociólogos, cientistas políticos e especialistas das relações de trabalho, como Emir Sader, Venício Lima e César Sanson. Representantes no Paraná das centrais sindicais com representatividade no Brasil também foram entrevistados e responderam temas polêmicos, referentes ao Projeto de Emenda Constitucional 369, mais conhecido como reforma sindical, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2005 e que, se aprovado na íntegra, causará forte impacto nas entidades sindicais, sobretudo as que representam profissionais liberais como o Senge-PR. Muitas opiniões apresentadas são destoantes da própria posição da direção do Senge-PR que, por sinal, não é filiado a nenhuma central sindical. Mas acreditamos, assim, cumprir nosso papel democrático, oferecendo espaço para as entidades que representam boa parte dos trabalhadores do país.

Greve na Copel

No final de novembro, os trabalhadores da Copel participaram de um momento histórico e realizaram uma paralisação por um dia, por um reajuste mais digno. Foi a primeira vez que o movimento por aumento salarial dos servidores da estatal chegou a essas proporções em 23 anos. A campanha salarial dos copelianos foi iniciada em agosto e após muitas tentativas de negocia-

ções com a direção da empresa que se mostrou a princípio intransigente e inflexível, os sindicatos e trabalhadores conseguiram 1% de ganho real. Apostura dos trabalhadores foi determinante para que conseguíssemos arrancar, com muita luta, uma proposta um pouco melhor para o acordo.

Em 2013, juntos nas lutas

O ano de 2012 termina com um balanço, para nós, muito significativo. Ampliamos nosso rol de negociações, as quais individualmente foram mais demoradas que a média. Ampliamos nossas parcerias em convênios com entidades da engenharia, como o Crea-PR, de ensino, como a UFPR, e dos mais diversos ramos de atuação e de militância na sociedade.

Continuamos ampliando o número de associados ao Sindicato, apesar de ser o ano com o maior número de filiados se tornando remidos. Estes merecem um destaque especial, pois são o grupo que se filiou nos anos de 1986 e 1987 e, àquela época, apoiou a chapa encabeçada pelo sempre saudoso Daniel Lopes de Moraes e sustentou o trabalho de renovação e fortalecimento que marcou a história de nossa instituição.

Meu desejo a todos os representados e parceiros de luta, em nome da direção do Senge-PR, é de um 2013 de muitas realizações pessoais e de vitórias conjuntas. Pretendemos, junto com vocês, fazer muito mais pela engenharia e pela sociedade. Um forte abraço coletivo!

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ SENGE-PR

Filiado à **fisenge** Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Diretor-Presidente

Ulisses KANIAK

Vice-Presidente

Carlos Roberto BITTENCOURT

Diretor-Secretário

Marcos Valério de Freitas ANDERSEN

Diretor-Secretário Adjunto

CLODOMIRO Onésimo da Silva

Diretor Financeiro

Valter FANINI

Diretor Financeiro Adjunto

Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretores

ADRIANO Luiz Ceni Riesenbergl, ÂNGELA Doubek, Antonio Cezar Quevedo GOULART, CÍCERO Martins Júnior, ELÓI Rufato Júnior, ERASMO Félix Benvenuti Filho, FLÁVIO Striker Trigueiros, JOÃO GUILHERME Iansen Baptista, Joel KRUGER, JOSÉ RICARDO Vargas de Faria, LEANDRO José Grassmann, Luiz Antônio CALDANI, MÁRCIO da Silva, MARY Stela Bischoff, TELESFORO Liz de Oliveira, THEODÓZIO Stachera Júnior, SANDRA Cristina Lins dos Santos, Valter BIANCHINI, WAGNER Deconto

Sede Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar.

Centro Comercial Itália (CCI), CEP 80010-912

Tel./fax: (41) 3224 7536. senge-pr@senge-pr.org.br

Diretores Regionais

Manoel Genildo PEQUENO (Campo Mourão)

HARRY Fockink (Cascavel)

José Quirilos ASSIS Neto (Foz do Iguaçu)

ITAMIR Montemazzo (Francisco Beltrão)

WILSON Sachetin Margal (Londrina)

SAMIR Jorge (Maringá)

RUDMAR Luiz Pereira dos Santos (Pato Branco)

Campo Mourão Av. Capitão Índio Bandeira, 1400,

sala 607, Centro, 87300-000. Tel: (44) 3523 7386.

campomourao@senge-pr.org.br

Cascavel R. Paraná, 3056, sala 703, Centro, 85801-000. Tel:

(45) 3223 5325. cascavelesenge-pr.org.br

Foz do Iguaçu R. Almirante Barroso, 1293,

loja 9, Centro, 85851-010 Tel: (45) 3574 1738.

fozdoiguacu@senge-pr.org.br

Francisco Beltrão R. Fernando de Noronha, 15 Bairro Nossa

Senhora Aparecida Cep 85.601-820

Tel: (46) 3523 1531. franciscobeltrao@senge-pr.org.br

Londrina R. Senador Souza Naves, 282, sala 1001, Centro,

86010-170. Tel: (43) 3324 4736. londrina@senge-pr.org.br

Maringá Trv. Guilherme de Almeida, 36, cj. 1304, Centro, 87013-

150. Tel: (44) 3227 5150. maringa@senge-pr.org.br

Pato Branco Av. Tupi, 2715, Gl. Itacolomy, sala 7, Centro, 85505-

000. Tel: (46) 3025 3234. patobranco@senge-pr.org.br



Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

ISSN: 2316-9532

Editor responsável Felipe A. Pasqualini (Reg. Prof. 3.804 PR)

Textos, ilustrações e diagramação Alessandro Teixeira Ribeiro (Reg. Prof. 9.177 PR)

Fale conosco comunica@senge-pr.org.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores. O Senge-PR permite a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/impressão Reproset **Tiragem** 15 mil exemplares



► Defesa dos trabalhadores

Movimento sindical: histórica luta pelos trabalhadores

Jornadas exaustivas de trabalho, inexistência de legislação de proteção ao trabalhador, falta de instrumentos de previdência, exploração infantil e de mulheres com trabalhos sem remuneração. Essas seriam algumas pinceladas de um retrato atual do mundo do trabalho sem a atuação do movimento sindical hoje. Para o historiador e professor da UERJ, Helder Molina, e para a Procuradora do Estado do Paraná e professora da UFPR, Aldacy Rachid Coutinho, vulneráveis, os direitos dos trabalhadores teriam garantias fragilizadas sem a participação coletiva e sindical

“Do céu só cai chuva, sol e as bençãos da fé. Todos os direitos trabalhistas, direitos sociais, políticos, que temos hoje, foram conquistados através de muitas lutas da organização sindical, dos movimentos sociais. Tudo é fruto de lutas. Se lutando já é difícil, sem luta é muito mais”, afirma o historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Helder Molina, para quem o movimento sindical desempenha um papel fundamental na organização dos movimentos sociais. “O sindicalismo surgiu de uma necessidade concreta da classe trabalhadora de se defender do despotismo e da dominação do capital. Foi através da organização sindical que os trabalhadores sentiram-se unidos para enfrentar em pé de igualdade a exploração a que eram submetidos”.

Inexistência de legislação de proteção ao trabalhador, jornadas exaustivas de trabalho de 14 ou 16 horas diárias, crianças e mulheres trabalhando sem remuneração, instrumentos de garantia previdenciária são algumas das condições de exploração dos trabalhadores amenizadas com a luta sindical. “Os sindicatos são instituições consolidadas na vida dos trabalhadores. No entanto, poucas pessoas sabem da fundamental importância que eles possuem e como foram constituídos até que se tornassem a expressão máxima dos trabalhadores”, afirma Molina.

Segundo o historiador, temos hoje inúmeras conquistas advindas do movimento sindical, como “emprego, salário, previdência, plano de saúde, e tantos outros direitos garantidos. Milhões de trabalhado-

res não têm. Amanha, quem garante que não estaremos sem emprego, vivendo na informalidade, sem salário, sem renda, sem direitos, sem futuro? É pensando nisso que nos organizamos em sindicatos”.

Procuradora do Estado do Paraná e professora da Universidade Federal do Paraná, Aldacy Rachid Coutinho, o movimento sindical representa a possibilidade de avanço, conquista dos trabalhadores, bem como a rejeição ao retrocesso social. “Somente atores sociais com força normativa podem pressionar para que o mercado de trabalho não sucumba ante os reclamos da precarização e da flexibilização, legitimados pelo discurso da crise e do custo”. Para tanto, Coutinho afirma que cabe ao sindicato assumir um fundante papel na democratização das relações de trabalho, com “permanente diálogo com os integrantes da sua categoria e com os sindicatos representativos da categoria econômica, não permitindo, de forma alguma, se deixar influenciar por pressões ou se tornar um instrumento político utilizado pelos governos para controle e direção da classe trabalhadora”.

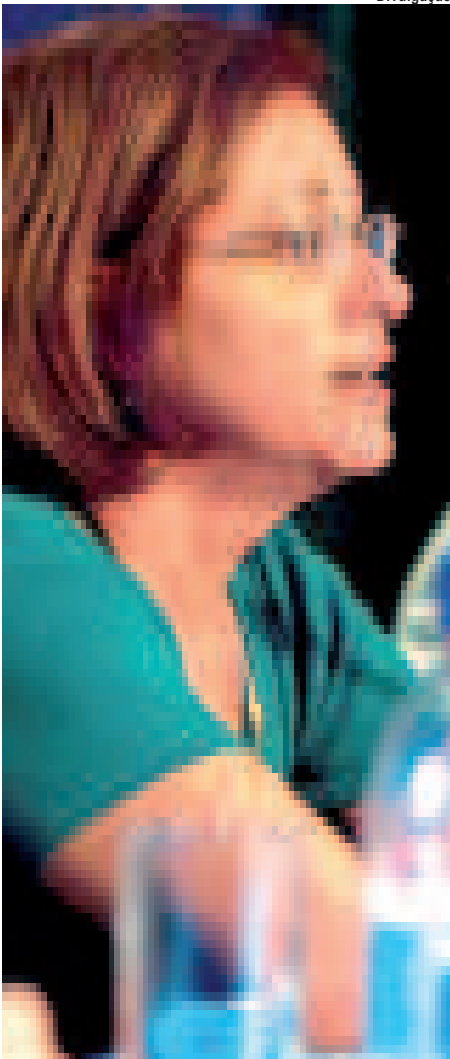
União da classe trabalhadora

“Um dos principais obstáculos à consolidação das políticas neoliberais do grande capital internacionalizado no Brasil foi, sem dúvida alguma, a resistência dos trabalhadores, especialmente os setores mais organizados e combativos, com experiênci-

as acumuladas de lutas, reunidos em torno da CUT”, afirma o historiador Helder Molina. Para ele, no Brasil, os sindicatos estão na linha de frente da organização sindical, da busca dos direitos, e na construção de um serviço público que atenda aos reais interesses da maioria da sociedade, que são os trabalhadores.

De acordo com a Procuradora do Estado, Aldacy Rachid Coutinho, essa capacidade de os sindicatos tem de representar os interesses dos trabalhadores e da sociedade vem da possibilidade da entidade em externalizar as reivindicações, “voz dos que labutam, a concretização do princípio reitor da proteção, em torno do qual é construído um sistema de relações jurídicas de trabalho”. Desta forma, segundo Coutinho, precisa-se compreender essa proteção, bem como o próprio movimento sindical, não como uma expressão de postura paternalista ou assistencialista. “Basta perceber como as expressões “ganhar” salário, “dar” emprego, “perder” o emprego, “ser admitido” pela empresa, são manifestações reveladoras de um mito da doação que impregna, indevidamente, o direito dos trabalhadores. Aliás, o paternalismo é a tendência a dissimular o excesso de autoridade sob a forma de proteção; a proteção ou tutela não devem ser acolhidas para dissimular a autoridade, senão para, em reconhecendo a situação de sujeição, de subordinação, que é constitutiva da relação jurídica de emprego, estabelecer limites”.

O movimento sindical representa, desta forma, um limite ao poder de direção>>>>



Aldacy Rachid Coutinho

dos empregadores, sem incorrer, obviamente, ao falar de proteção, na concepção de que o empregado é tratado como um ser inferior, que desconhece seus direitos. “A proteção é necessária pela própria estruturação jurídica da contratualidade, que situa o empregado juridicamente sob o mando/comando/fiscalização do empregador, não lhe garantindo sequer a manutenção do emprego. A negociação coletiva, os movimentos grevistas, a atuação do movimento sindical representa o motor real de progresso nas condições de trabalho, tempo e salário”, comenta Coutinho.

Para que essa defesa proteção seja efetivada, no entanto, é necessário o conhecimento e consciência coletiva, pois, segundo Molina, “o sindicato deve priorizar a organização nos locais de trabalho, estar sempre junto dos trabalhadores, ouvindo suas reivindicações, escutando suas propostas, buscando politizá-lo, trazer para a luta coletiva. Sozinho ninguém conquista nada. O dirigente sindical deve ser paciente, tolerante, ter argumentos, precisa estudar, conhecer a realidade, discutir conjuntura, entender de economia e de política, pois ele é um formador de opinião, um

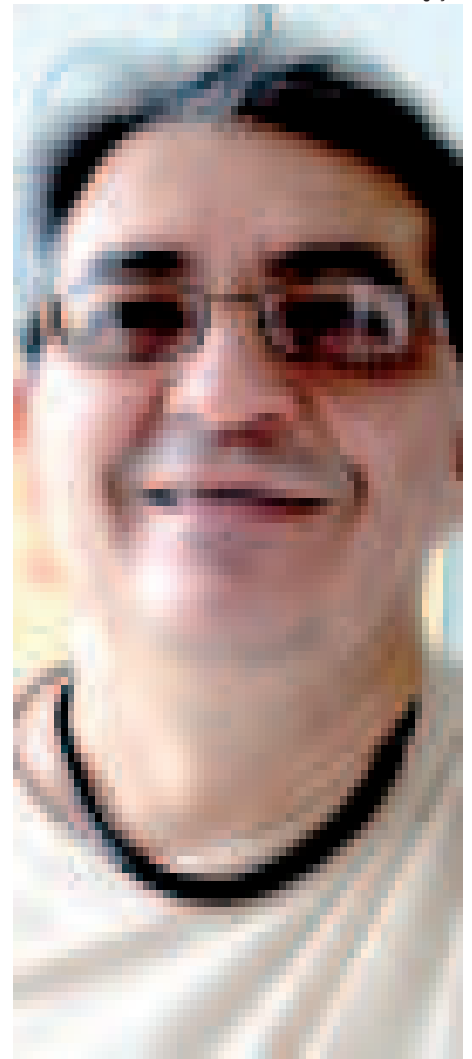
exemplo para os trabalhadores. A luta prática educa os trabalhadores, no cotidiano dos enfrentamentos com os patrões e os governos, mas precisa estudar, conhecer teoria, aprofundar os conhecimentos”.

Um caminho fundamental

“Mas o que é o sindicato?”, questionou em um poema o dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898 - 1956), e em uma de suas estrofes, argumenta: “mostre-nos o caminho que devemos seguir e nós seguiremos com você. Mas não siga sem nós o caminho correto, ele é sem nós, o mais errado. Não se afaste de nós!”. Afinal, sem os sindicatos, que seria de nós, trabalhadores? Segundo a Procuradora do Estado, Aldacy Rachid Coutinho, um dos reflexos da não existência do movimento sindical seria “a perda dos referenciais do espaço público republicano, sempre ligadas com a indevida intervenção que projetou no passado o sindicato como partícipe/colaborador do Estado, bem como a predominância do individualismo como canal a navegar os interesses dos trabalhadores, atingiu pela descrença o coletivo-sindical, em favor do eventual ganho financeiro imediato com a negociação direta do prestador de trabalho com o seu tomador, alocando a reforma constitucional sindical em ambiente de incredulidade”.

Além disso, a perda da organização como referência de um espaço para movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora “comprova o impacto nefasto de fenômenos como a externalidade do trabalho, o desemprego e a informalidade, isto é, situações tal qual a do teletrabalho, trabalho em domicílio, terceirização, cooperativas, as quais ferem a noção de homogeneidade da classe trabalhadora pela observação da multiplicidade de ocupações e fragmentação das relações de trabalho, mais visível no setor terciário. A defesa dos sindicatos é a possibilidade de lutar pela preservação do espaço da cidadania trabalhadora na empresa, para que possamos continuar acreditando que o trabalho é a porta da inclusão social, para que se possa fazer justiça social e não um instrumento do descaso”, pondera Coutinho.

De acordo com o historiador Helder Molina, a classe trabalhadora e os sindicatos são produtos históricos criados das contradições geradas pelo capitalismo, pela expropriação da força de trabalho do trabalhador, das classes. Segundo ele, “em uma sociedade sem a apropriação privada do trabalho e das mercadorias produzidas pelo trabalhador, os sin-



Helder Molina

dicatos teriam outras funções, em critérios de produção justos, em que cada um recebesse o valor justo do seu trabalho e que este simultaneamente beneficiasse o homem em termos de qualidade de vida e na medida em que as sociedades desenvolvidas são produtoras de excedente em termos de mercadorias de consumo disponíveis”. Portanto, para Molina, os direitos que o trabalhador tem hoje, são frutos “de muitas lutas, vindas desde o século XIX. Duros combates e mobilizações para melhorar a vida dos trabalhadores se deram não só no Brasil (desde a escravidão), mas no mundo inteiro”. Para tanto, de acordo com Coutinho, “a defesa dos sindicatos é a possibilidade de lutar pela preservação do espaço da cidadania trabalhadora na empresa, para que possamos continuar acreditando que o trabalho é a porta da inclusão social, para que se possa fazer justiça social e não um instrumento do descaso”.





► Sindicalismo no século XXI

Menos corporativismo e mais representação nacional

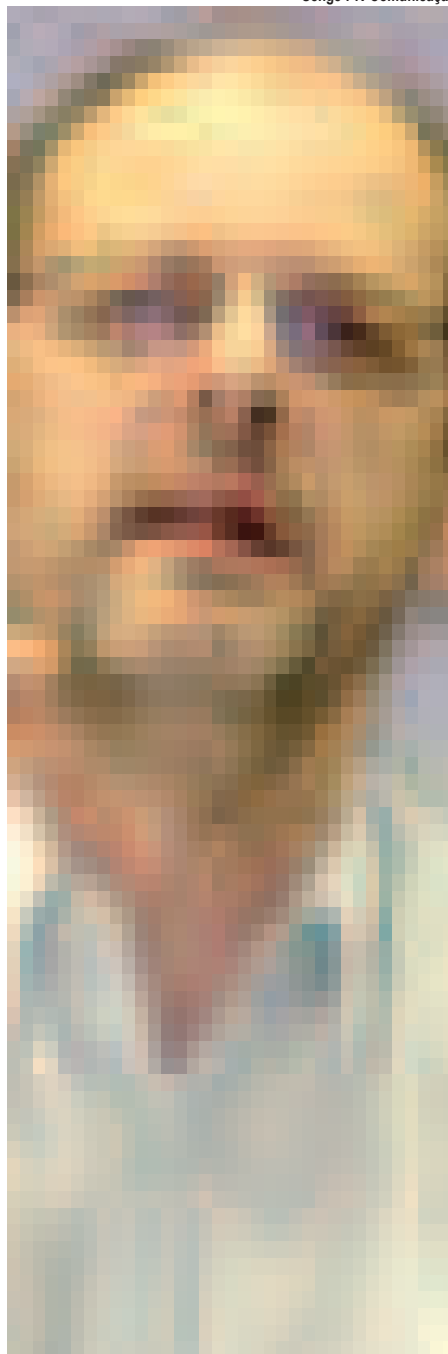
Para teóricos e especialistas, impacto do neoliberalismo no mundo do trabalho gerou uma fragilização das entidades sindicais. Porém, a melhoria do mercado de trabalho e retomada do diálogo do movimento sindical com o governo possibilitará o protagonismo dos sindicatos nas lutas de repercussão nacional

Clandestino, cooptado pelo Estado, criminalizado, perseguido, torturado, e por fim, posto quase ao colapso por uma corrente político-econômica que, sob uma bandeira “oficiaisca” de promoção de ascensão social com portas abertas ao capital externo, escalpelou o país com a espoliação de patrimônio público e os trabalhadores, com o achatamento de seus salários e tolhimento de seus direitos. Dentre seus pouco mais de 100 anos, para alguns, e nem uma centena de anos, para outros, o sindicalismo no Brasil sofreu inúmeras retaliações, que muitas vezes, durante sua história, quase o encaminhou a um funesto destino.

Reflexos do neoliberalismo

A mais recente ameaça ao sindicalismo e aos trabalhadores brasileiros foi o neoliberalismo, que significou, e de certa forma continua significando uma tentativa de desmonte nas relações de trabalho. Segundo o sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), César Sanson, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, houve inúmeras iniciativas de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho. Para o sociólogo, o processo não foi de todo interrompido no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo ainda alguns reflexos no atual governo, da presidenta Dilma Russel. “Introdução de contratos temporários, intermitentes, part time, especiais, atípicos; mecanismos que facilitam a demissão; flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas, trabalho aos domingos, hora extra) e Remuneração variável são algumas dessas iniciativas”, aponta Sanson.

Senge-PR Comunicação



César Sanson

Segundo Sanson, parte dessas iniciativas neoliberais chegou ao serviço público, porém, a precarização do mercado de trabalho foi um dos maiores estragos, refletindo na atuação dos sindicatos. “A fragilização do mercado de trabalho impacta diretamente o movimento sindical. A tese do quanto pior, melhor para a ação sindical não é verdadeira. Quanto pior o mercado de trabalho, pior para a ação sindical que vê sua base reduzir e arrefecer no ânimo da luta. Apenas a partir de meados dos anos 2000 e com o aquecimento da economia é que melhoraram as coisas para os sindicatos”, afirma.

Para o sociólogo e escritor Emir Sader, a superexploração e retrocesso trabalhista decorrentes de políticas neoliberais não atingiu apenas o Brasil, mas toda a América Latina. “Certamente a maioria dos trabalhadores da América Latina passaram a não ter mais carteira de trabalho, o que foi um retrocesso imenso. Basta dizer que há dez anos, em países como Brasil e Argentina, há recuperação do emprego formal, e ainda assim, na Argentina está se passando dos 50%, no Brasil não é claro que se tenha chegado a isso. Mas é para mostrar os retrocessos enormes que passamos. Além disso, com governos que coincidia ideologicamente e politicamente, principalmente essa questão dos sindicatos, se acentuam a superexploração do trabalho, a exploração da mais valia, dos trabalhadores cada vez mais sem capacidade de resistência, sobretudo a massa não organizada”, afirma.

Apesar disso, Sader acredita num quadro de recuperação dos direitos trabalhistas e do mercado de trabalho. “Há uma certa capacidade de recuperação, e não>>>>



apenas porque se aumentou o trabalho formal, pela retomada de ciclos expansivos da economia em alguns países, como Brasil e Argentina. Mas também porque há governos que dialogam, que tem uma relação diferente com os sindicatos. Ao contrário dos governos anteriores, que hostilizava, ridicularizava e desqualificava publicamente os sindicatos. Agora, não quer dizer que não tinham capacidade de mobilização ampla”.

Individualização e perda de identidade coletiva

Independente de credo, classe social ou qualquer outra especificação e/ou denominação social, o trabalho é uma das principais atividades que mais cruza a vida das pessoas no mundo inteiro. Porém, nas últimas décadas, segundo o sociólogo Emir Sader, injustamente houve uma diminuição da importância do tema do trabalho, quando mais do que nunca a maioria esmagadora das pessoas vivem o trabalho. “A modernidade capitalista, com uma massa menor de mão de obra qualificada, uma massa descomunal de mão de obra desqualificada oscilante no mercado de trabalho e promoção do mercado mundial de mão de obra favoreceram enormemente para que os trabalhadores não tenham mais capacidade de defesa que tinha quando havia um universo mais ou menos fechado entre força de trabalho e capital”, critica.

Para o professor da UFRN, César Sanson, a relação dos sindicatos com os trabalhadores é mais complexa hoje, perdendo aquele reconhecimento da importância do sindicato e identificação de classe, decorrente da homogeneização do mundo do trabalho influenciada pelo fordismo. “Na nova realidade do trabalho, fragmentada, em que numa mesma empresa se tem várias categorias e é grande a disparidade salarial, a representação sindical é mais complicada. Os novos métodos organizacionais embaralham a cabeça dos trabalhadores e até mesmo jogam uns contra os outros. Trabalho em equipe, colaboradores, “time”, “família”, faz parte do novo jargão patronal sem que isso tenha efetivamente conteúdo”, afirma Sanson.

A necessidade de se individualizar para se tornar mais competitivo no mercado de trabalho e perda dos valores comuns, base da formação dos trabalhadores, de acordo com o economista e diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, José Dari Krein,

é uma das mais fortes influências do neoliberalismo no pensamento do trabalhador e na sua relação com o sindicato. “Há um culto ao indivíduo, onde a responsabilidade da pessoa em ter melhores condições de trabalho, de ter salários melhores é do esforço individual de cada um. Ou seja, há uma necessidade de individualização para ser competitivo no mercado de trabalho, abandonam-se aqueles valores comuns, de solidariedade, justiça, a base para a formação dos trabalhadores são deixados de lado, acarretando na fragilização dos sindicatos”, comenta.

Segundo o economista, o modelo político-econômico, então hegemônico no mundo, como uma alternativa política de disputa da sociedade, influenciou, de forma perversa, a própria atuação de alguns sindicatos, que buscaram alinhar discursos com o neoliberalismo.

“Não que os sindicatos deixaram de ter seu papel e atenderem as suas funções. Porém, qual é o sindicato que é admitido nesta política hegemônica neoliberal? O sindicato parceiro, colaborador, que abandona sua perspectiva de classe para ocupar um papel no capital, na busca de competitividade num mercado cada vez mais globalizado e liberalizado”, diz Krein. Já para o sociólogo César Sanson, o corporativismo de determinados sindicatos o impediram de compreender os pontos de mudanças da sociedade. “Os sindicatos permanecem corporativistas e têm dificuldade em compreender que as mudanças não são apenas de natureza econômica e política, mas também cultural. A complexidade maior, porém, reside no fato de que a competitividade que é uma categoria econômica se tornou uma categoria “cultural””, critica Sanson.

Retomada do diálogo Governo X Sindicatos

“A chegada de Lula à presidência foi em parte uma conquista do movimento sindical brasileiro”, afirma César Sanson, sociólogo e professor da UFRN, para quem duas bandeiras unificaram o movimento sindical nas décadas de 80 e 90: a luta contra o neoliberalismo e a eleição de um operário para a presidência. “A chegada de

Lula ao poder, entretanto, não fez bem ao movimento sindical. Significou um crescente racha no movimento (temos hoje sete centrais sindicais) e a perda de combatividade por parte da principal central sindical brasileira, a Centra Única dos Trabalhadores (CUT). É notória e evidente a proximidade da CUT com o governo Lula e agora com Dilma. Essa proximidade deu-se menos por “cooptação” de dirigentes que passaram a ocupar ministérios e cargos do primeiro escalão e mais por identificação ideológica com o modelo desenvolvimentista”.

Na nova realidade do trabalho, fragmentada, em que numa mesma empresa se tem várias categorias e é grande a disparidade salarial, a representação sindical é mais complicada

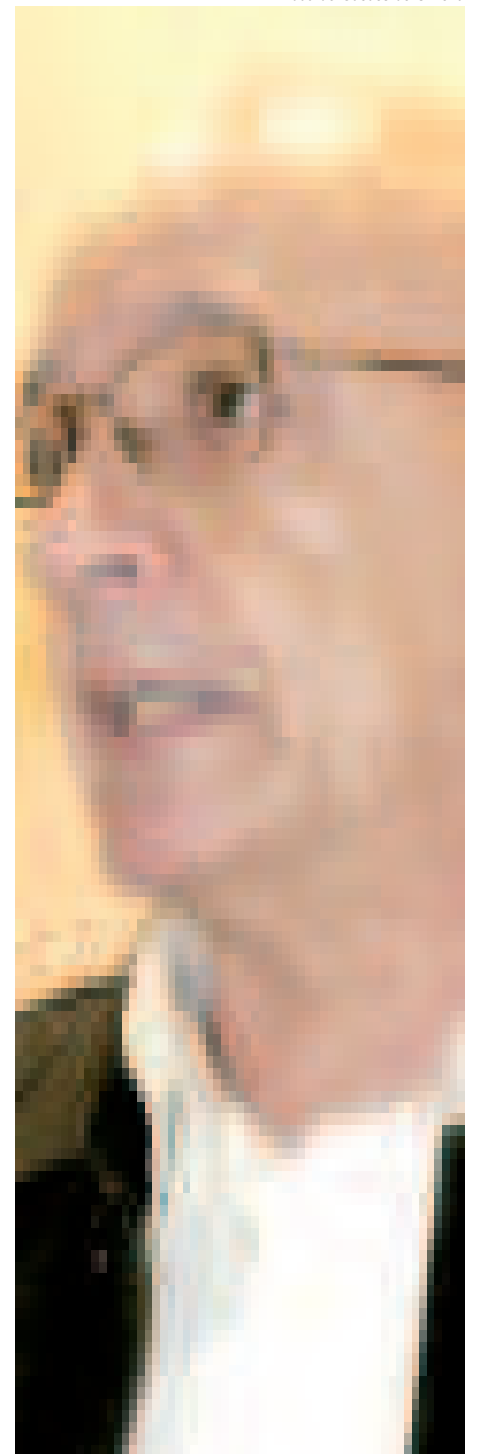
César Sanson
Professor da UFRN

Para o diretor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, José Dari Krein, desde 2005, há uma preocupação do Governo em buscar um diálogo com o movimento social organizado, sobretudo para enfrentar uma pressão que enfrentou com os setores mais conser-

adores da sociedade brasileira. “Em 2005 se aprofunda essa relação de diálogos entre movimentos e o Governo, que, por questões políticas, procura contemplar algumas demandas do movimento organizando da sociedade, principalmente com as políticas de valorização do salário mínimo e da distribuição de renda”. Por outro lado, apesar desse canal de comunicação e os inegáveis avanços das questões trabalhistas, há uma distância grande entre debate e implementação de políticas. “Há uma presença muito forte dos sindicalistas no Governo. Principalmente no primeiro governo do ex-presidente Lula. Porém, a presença desses sindicalistas não significa que a agenda sindical seja totalmente incorporada. O movimento sindical teve mais força de vetar políticas que prejudicariam os sindicatos e o mercado de trabalho do que a afirmação de uma agenda”, afirma Krein.

Atualidade sindical

“O sindicalismo no Brasil e América Latina está numa fase sem identidade, com uma postura menos de esquerda”, acredita o sociólogo Emir Sader, para quem a principal questão na atualidade é o rompimento do entre os trabalhadores e uma força político-sindical. “A sindicaliza- >>>



A modernidade capitalista, com uma massa desqualificada oscilante no mercado de trabalho, favoreceram enormemente para que os trabalhadores não tenham mais capacidade de defesa

Emir Sader
Sociólogo e escritor

ção é bastante menor, mesmo para quem tem condição financeira e ideológica de se sindicalizar. Além disso, há uma massa enorme de força de trabalho disponível que não se traduz em força política social, de pressão. Por outro lado, isso faz com que exista uma margem de jogo sindical para outras forças não ideologicamente representante de esquerda, passam perfeitamente sobre esse tema”, diz Sader.

Já para César Sanson, professor de sociologia da UFRN, a sociedade passa por mudanças profundas que enfraquecem o paradigma da sociedade industrial, que, apesar de ter sido uma “monstruosa exploração da vida do trabalho”, constitui a classe social e seus laços de solidariedade. “É verdade que agora na pós-modernidade emergem relações distintas do período anterior, emerge uma nova subjetividade, de natureza mais individualista. Mas isso não significa necessariamente que é ruim, é apenas diferente. Novas relações sociais irão se configurar e nelas estarão presentes também manifestações de solidariedade. Agora é preciso rever o conceito de classe social e remeter para a categoria “multidão” – um sujeito social que se compõe naquilo que as singularidades têm em comum”.

Rumos futuros

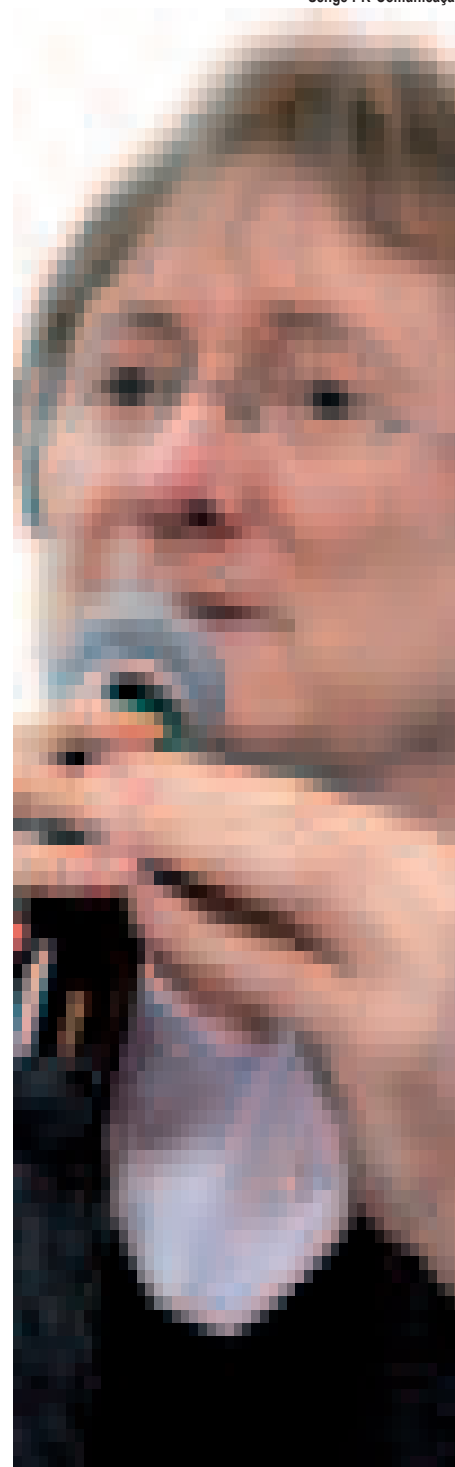
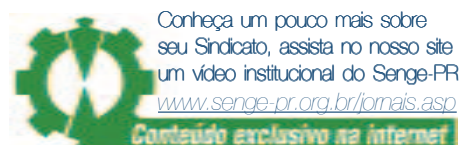
De acordo com o sociólogo César Sanson, os sindicatos devem buscar quebras do corporativismo de suas ações, que, muitas vezes, promovem um risco de isolamento. “Uma tendência do sindicalismo é assumir uma pauta sempre e cada vez mais corporativista, uma pauta apenas em defesa de sua categoria, distanciando-se assim dos temas mais gerais da política mundial e nacional. Veja-se, por exemplo, o que acontece com o sindicato dos metalúrgicos do ABC que já foi a vanguarda da luta operária brasileira. Hoje o sindicalismo do ABC é conservador e corporativo, desconectou-se das grandes lutas da sociedade brasileira”, afirma Sanson, para quem, caso não haja redução do corporativismo, “os sindicatos permanecerão sendo um ator importante na sociedade brasileira, porém, já não exercerão o protagonismo de outras épocas”.

Buscar reverte uma posição defensiva, de não perder direito, para uma ofensiva, de lançar uma agenda de debates e defesa da classe trabalhadora, é um dos principais desafios do movimento sindical nos próximos anos, é o que defende o diretor do Cesit, José Dari Krein. Segundo ele, nos últimos anos, “o movimento sindical teve

dificuldade de ser protagonista de uma agenda mais ampla e progressista no trabalho. O movimento melhorou o espaço de negociação, as condições de trabalho, mas perdeu a capacidade de vocalizar os interesses mais gerais difusos da sociedade na disputa colocada na sociedade brasileira. Se afirmar como atores com capacidade de intervenção autônoma, com atividade política, colocar com capacidade de mobilização e de pressão na disputa na sociedade”.

Segundo Krein, essa perda de protagonismo se deve, em grande parte, ao corporativismo no sindicato, uma vez que “cada sindicato tentou privilegiar sua agenda particular, não conseguindo criar movimentos articulados em conjunto que possibilitassem a criação de bandeiras mais gerais colocadas pela sociedade na disputa hegemônica da sociedade”. Desta forma, há a necessidade também de uma unificação de pautas das Centrais Sindicais, que tem uma forte influência na potencialização das agendas sindicais. “Acho que a grande maioria das centrais devem atuar de forma unificada. É claro que agora, em momento político, como elas têm forte vínculo com partidos políticos, cada um tende a fazer um jogo próprio. Mas acho que a tendência nas questões mais gerais é atuar de forma mais coordenada”.

Ampliar sua agenda na defesa de interesses da população e promover uma abertura para sociedade, é fundamental para a luta pela hegemonia dos sindicatos na disputa política, garante Krein. “Acho que é imprescindível que o movimento sindical se abra para a sociedade, para o conjunto da classe trabalhadora. Pois as questões que vão decidir o futuro da classe trabalhadora não são dadas à uma categoria profissional em particular. Elas se dão nos rumos do desenvolvimento do país. Nesse sentido, é fundamental que o movimento sindical tenha essa capacidade de provocar a sociedade a um debate em que suas questões sejam consideradas de forma mais contundente. Se voltar a crescer a economia, com o mercado de trabalho mais favorável, existe essa possibilidade de o movimento sindical ter uma agenda muito mais ofensiva na sociedade, e não só na defensiva, para não perder direito”.



Acho que é imprescindível que o movimento sindical se abra para a sociedade. Pois as questões que vão decidir o futuro da classe trabalhadora não são de uma categoria profissional em particular. Elas se dão nos rumos do desenvolvimento do país

José Dari Krein
Economista e diretor do Cesit



► Imposto sindical

Centrais divergem posição sobre custeio sindical

Em entrevista ao jornal O Engenheiro, representantes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB e NCST mostram posições destoantes das entidades ante formas de custeio dos Sindicatos

Em 2005, o Poder Executivo encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Emenda Constitucional 369, também conhecido como Reforma Sindical, que, dentre outros objetivos, propõe-se a alterar formas de contribuições sindicais e eliminar a unicidade sindical. Atualmente, a PEC aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que se debateu o projeto em outubro de 2011. Apesar de possibilitar mais mobilidade às entidades sindicais, se aprovado na íntegra, o PEC 369 causará fortes impactos na forma de custeio dos sindicatos, sobretudo às entidades que representam os profissionais liberais, como o Senge-PR.

Um pouco mais antigo e de autoria do deputado federal Jovair Arantes, do PSDB de Goiás, o Projeto de Emenda Constitucional 75/95, que também aguarda parecer da CCJC, busca o fim das contribuições compulsórias, com a contribuição sindical obrigatória anual. As PEC 369/05 e 71/95 não são os únicos instrumentos que buscam alterar as formas de custeio das entidades sindicais. Restam ainda a PEC 40/03, os Projetos de Lei 248/06, 2.424/07 e 4.430/08, além de campanhas de alguns entidades.

Segundo o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, no tocante a possibilidade de alteração e fim da contribuição assistencial, cuja finalidade é auxiliar os sindicatos no custeio de campanhas salariais, as mudanças propostas são um retrocesso às entidades sindicais aos direitos dos trabalhadores. “É uma contribuição devida em função de benefícios conquistados pela luta sindical e pela negociação coletiva, que se apregoa como uma solução material para os conflitos trabalhistas. Creio que as rescisões postas ou a declaração de nulidade das cláusulas como

está hoje no TST é um ponto de retrocesso que é preciso resgatar”.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), o fim das contribuições sindicais promoverá um impacto negativo e fragilização das entidades sindicais. “Isso irá destruir o movimento sindical brasileiro. Os trabalhadores não terão mais representantes nas negociações nem na busca de melhores condições de trabalho. Quem perde com a retirada das contribuições que mantém as entidades sindicais é a própria sociedade brasileira”, afirma o senador.

Em vista desse tema, o jornal O Engenheiro entrevistou representantes das Centrais Sindicais para saber quais suas posições com relação a forma de custeio dos sindicatos e na defesa das entidades de representação dos profissionais liberais. Criadas a partir da década de 80, as Centrais potencializam a força dos sindicatos, auxiliando às entidades na pressão ao Congresso Nacional, na defesa do trabalhador brasileiro.

Confira a seguir



Alessandra C. de Oliveira
Secretária de Organização e Política Sindical

Senge-PR - Qual a melhor forma de custeio do sindicato?

CUT - Atualmente o custeio pode se dar de quatro formas: Imposto Sindical, taxa confederativa, contribuição assistencial e mensalidade. A melhor for-

ma é aquela em que os próprios trabalhadores decidem voluntariamente. Nesse sentido, a posição da CUT é pela defesa da taxa assistencial cujo percentual é definido em assembleia e aplicado para todos os trabalhadores que se beneficiam da convenção coletiva e a mensalidade.

Senge-PR - Qual a posição da Central com relação às entidades que representam os profissionais liberais?

CUT - Na atual estrutura sindical a posição é de manter as entidades que representam os profissionais liberais, assim como as categorias diferenciadas, tanto que na discussão da tabela de categorias profissionais que está sendo realizada no Ministério do Trabalho, a CUT defende uma estrutura por setor para os profissionais liberais

Senge-PR - Qual o futuro dos sindicatos que representam categorias diferenciadas com a possibilidade da reforma sindical e fim da contribuição compulsória?

CUT - A proposta de SDRT da CUT (Sistema Democrático de Relações de Trabalho da CUT) pressupõe que os sindicatos estarão organizados por ramo de atividade, ou seja, todos os trabalhadores dentro daquela planta ou unidade de produção estarão representados pelo mesmo sindicato, independente de ser engenheiro, secretária, mecânico, operador etc. Portanto, a CUT concede a reforma sindical e a liberdade e autonomia sindical dentro de um projeto mais amplo de fim da organização por categorias profissionais que pulveriza e fragmenta as entidades, propondo uma nova forma de organização por ramo, essa proposta na prática elimina os sindicatos de profissionais liberais e categorias diferenciadas, se manteria os conselho como Crea entre outros. Hoje na prática >>>

quem negocia são os sindicatos da atividade preponderante, o salário de um engenheiro é definido pela convenção coletiva do metalúrgicos, por exemplo.



José Agnaldo Pereira
Presidente da CTB - PR

Senge-PR - Qual a melhor forma de custeio do sindicato?

CTB - A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, entende que quem deve sustentar as entidades são os próprios trabalhadores. Isso garante a independência das entidades, dos patrões, dos governos etc., e recursos para manter a estrutura necessária para fortalecer a organização, a mobilização e a luta da classe trabalhadora. Sofremos hoje um intenso bombardeio, dos patrões que pressionam os trabalhadores para não filiarem-se aos sindicatos, sofremos também com a interferência indevida dos órgãos públicos que determinam o não pagamento da contribuição para os “os não sócios”. Defendemos, portanto, a contribuição compulsória, o desconto de um dia de trabalho anual para manter a estrutura das entidades. O trabalhador ou trabalhadora, seja filiado ou não, deve contribuir com a manutenção de sua entidade, porque os sindicatos, as centrais sindicais, lutam em defesa de toda a classe e não de parcela dela. É uma balela falar em acabar com a contribuição compulsória, no nosso entendimento isso ajuda na desagregação da classe, joga água no moinho dos patrões, contribui para o enfraquecimento da unidade do movimento sindical.

Senge-PR - Qual a posição da Central com relação às entidades que representam os profissionais liberais?

CTB - A CTB defende a atual estrutura sindical, baseada na unicidade constante do art. 8º da CLT. Ali está contida a ideia de sindicato por categoria profissional. Está também contemplada a representação das categorias diferenciadas, dentre elas a dos

profissionais liberais. A nossa experiência no Paraná de extinguir os sindicatos de profissionais e de incorporar aos chamados sindicatos preponderantes, não resultou em boa coisa. Veja-se o caso do sindicato dos Assistentes Sociais, a própria categoria acabou por decidir pela volta do sindicato específico. Não podemos jogar fora o processo de organização de uma estrutura sindical que durou mais de um século para ser erigida e que está consolidada. O debate a respeito da estrutura sindical por ramo de atividade, para alguns setores deve ser analisado com mais apuro. O que de fato precisamos é elevar o nível de consciência política, de classe, de nossos dirigentes sindicais de modo possamos unificar as representações e as lutas. Elevar o protagonismo da classe trabalhadora na construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento que tenha como centro a valorização do trabalho. Precisamos jogar papel maior nos rumos do país, é no curso desta luta maior que vamos resolver os grandes e intrincados problemas da classe trabalhadora e impulsionar o país no rumo das transformações mais de fundo que a sociedade precisa.

Senge-PR - Qual o futuro dos sindicatos que representam categorias diferenciadas com a possibilidade da reforma sindical e fim da contribuição compulsória?

CTB - É evidente que há uma campanha orquestrada e milionária para aprovar a convenção 87 da OIT. Nós não concordamos com isso. Pelo contrário, lançamos uma campanha nacional pela unicidade e a defesa da contribuição compulsória. E temos certeza de que nesta luta estão a maioria das centrais e dos sindicatos. Não vai ser fácil para os defensores da pluralidade, dos sindicatos por partido ou empresa, aprovarem esta bandeira divisionista e desagregadora, que a nosso ver, de classista não tem nada. Nós vamos lutar bravamente no congresso nacional e disputar isso no seio da classe.

É evidente também que caso seja feita a tal reforma sindical ao gosto destes setores sociais-democratas, defensores de multinacionais, que atuam no sindicalismo brasileiro, as categorias diferenciadas seriam extintas e incorporadas à tão “bela estrutura orgânica do sindicalismo de uma corrente só”. Seriam, portanto, diminuídas diante da fortaleza das categorias preponderantes. É o que querem também, com a proposta dos sindicatos das montadoras do

ACB, com base no modelo Alemão de sindicalismo, ou seja, rasgar a CLT e colocar o acordado sobre o legislado.



Paulo Rossi
Presidente da UGT - PR

Senge-PR - Qual a melhor forma de custeio do sindicato?

UGT - A UGT entende que a melhor forma de custeio das entidades sindicais continua sendo a contribuição sindical, a mensalidade associativa e a contribuição assistencial, devidamente aprovada em assembleia geral e, uma vez aprovado o percentual do desconto, deverá ser paga por toda a categoria – sem as famigeradas “cartinhas” de oposição que na maioria das vezes são incentivadas pelos departamentos de recursos humanos das empresas.

Senge-PR - Qual a posição da Central com relação às entidades que representam os profissionais liberais?

UGT - Entendemos que as entidades sindicais que representam mais de 15 milhões de profissionais liberais em nosso país, possuem um papel importante dentro do sistema sindical brasileiro. Prova disso é que a UGT possui uma secretaria específica em sua estrutura organizacional nacional e nos estados, buscando dar condições políticas e de trabalho para que seus dirigentes possam buscar melhorias aos seus representados.

Senge-PR - Qual o futuro dos sindicatos que representam categorias diferenciadas com a possibilidade da reforma sindical e fim da contribuição compulsória?

UGT - Somos totalmente contrários ao fim das categorias diferenciadas. Prova disso é que na primeira reunião do grupo de trabalho que está tratando das atividades e categorias profissionais com base no artigo 477 da CLT, a UGT apresentou um traba-



lho técnico, fruto da discussão interna entre seus dirigentes em que manifesta o respeito e a manutenção das categorias diferenciadas. Também não acreditamos que essa ideia do governo da presidenta Dilma em promover a reforma sindical e o fim da contribuição compulsória sejam aprovadas na forma apresentada pela CUT, e em especial ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O modelo de acordo e de representação apresentado por essas entidades não servem para as demais regiões do país. Além disso, os críticos do atual sistema sindical brasileiro, esquecem de mencionar que em vários países desenvolvidos, os sindicatos recebem financiamentos públicos para a sua manutenção e qualificação profissional. A UGT entende que quem deve pagar e manter as entidades sindicais são os trabalhadores da sua base de representação e não ficarmos atrelados a qualquer governo.



Paulo José Zanetti
Secretário Geral Estadual da Força Sindical

Senge-PR - Qual a melhor forma de custeio do sindicato?

Força Sindical - Nossa posição é de que os trabalhadores definem em assembleia a sustentação de suas entidades, devidamente convocadas, para que o fortalecimento e sustentação sejam de pleno conhecimento da categoria, para a qual não poderá haver oposição a contribuição definida.

Senge-PR - Qual a posição da central com relação às entidades que representam os profissionais liberais?

Força Sindical - Nós defendemos a liberdade sindical. Se a CNPL cumprir com o papel para a qual foi constituída, nada a opor. Se ela se engajar nas lutas nacionais, com certeza será respeitada pelos sindicatos de profissões liberais.

Senge-PR - Qual o futuro dos sindicatos que representam categorias diferen-

ciadas com a possibilidade da reforma sindical e fim da contribuição compulsória?

Força Sindical - Quando o sindicato é atuante, os trabalhadores garantem a sua sustentação. O imposto sindical, conforme a palavra é uma imposição do governo que sustenta sindicatos fragilizados pela inoperância, e estes, se desaparecerem não serão sentidos pelos trabalhadores que eles “dizem” representar.



Denílson Pestana da Costa
Presidente da NCST - PR

Senge-PR - Qual a melhor forma de custeio do sindicato?

NCST - Para a Nova Central a melhor forma para custear a organização sindical da classe trabalhadora, sejam categorias profissionais, categorias diferenciadas ou profissionais liberais (profissões) é a que venha do próprio trabalhador ou trabalhadora. É mais legítima, no sentido de que preserva a independência da entidade sindical em relação a patrões, governos e outros entes de financiamento nacionais e internacionais. Por princípio, inserido na Carta de Princípios quando da sua fundação, a Nova Central luta e defende a liberdade e autonomia das entidades sindicais, na forma do art. 8o. da Constituição Federal e das disposições da CLT. Financiamentos, convênios, doações ou outras formas de transferência de recursos para sindicatos, federações, confederações ou central podem ser, também, instrumentos que acabam por exercer influência negativa sobre a ação sindical destas entidades. Por isso, todo e qualquer financiamento deve vir da categoria representada e que é beneficiada pelos acordos e conquistas da entidade sindical. Defendemos ainda que o recurso de custeio deve ser voltado, unicamente, para as ações sindicais sem outros desvios.

Senge-PR - Qual a posição da Central com relação às entidades que representam os profissionais liberais?


NCST - A Nova Central tem elevada consideração sobre os profissionais liberais, pois, em vários momentos esteve participando de lutas e eventos em defesa de reivindicações

de sindicatos e federações, algumas filiadas à Nova Central. Reconhecemos como legítima a organização sindical da categoria dos profissionais liberais; sabemos e acompanhamos as dificuldades para a organização de trabalhadores e trabalhadoras e, por isso, sempre buscamos contribuir para que os profissionais liberais possam ter organizações sindicais fortes e atuantes. Neste sentido já realizamos vários seminários em alguns estados.

Senge-PR - Qual o futuro dos sindicatos que representam categorias diferenciadas com a possibilidade da reforma sindical e fim da contribuição compulsória?

NCST - Esse é um risco para várias categorias, não só profissionais liberais. Por exemplo, segundo o Sebrae-SP, no Brasil existem 5,1 milhões de empresas. Desse total, 98% são micro e pequenas empresas (MPEs). Existem milhões de micros bares, sacolões e outros estabelecimentos comerciais, escritórios, oficinas, pousadas, hotéis onde a negociação não alcança. O Brasil é diferente da Alemanha, do ABC e de outras regiões do País onde se concentram massa de trabalhadores e trabalhadoras; no geral há outros milhões de trabalhadores espalhados pelo imenso território nacional, em “grotões”, onde essa modalidade de custeio seria impraticável, bem como em outros milhares de pequenas empresas onde, às vezes, há um profissional liberal para um dezena ou dezenas da categoria profissional determinante.

Sem o custeio compulsório, garantido em lei, o recolhimento do financiamento do sindicato, só mediante a taxa negocial é, nos padrões atuais, totalmente inviável. Milhares de sindicatos que representam essas categorias desapareceriam e, por muito tempo, milhões de trabalhadores ficariam sem a efetiva representação sindical.

A Nova Central acompanha e sabe do esforço das entidades sindicais dos profissionais liberais para arrecadarem a contribuição sindical, até mesmo pelo nível de consciência com relação ao custeio existente em todas as demais categorias. Mas, no entendimento da Nova Central, nas condições atuais da realidade brasileira, ainda é o melhor sistema para garantir autonomia e independência à organização sindical do nosso País. 



Sindicatos patronais ou de empregados? Confira no nosso site quais as principais diferenças
www.senge-pr.org.br/jornais.asp
Conteúdo exclusivo na internet

► Sindicatos e debate público

Sindicatos no debate de interesse da sociedade

Sindicalista e especialistas comentam a importância dos sindicatos na promoção de debates e luta por direitos que, muitas vezes, vão além da representação da própria categoria, influenciando rumos político do país e garantindo o posicionamento ideológica dos trabalhadores

Manhã de uma quinta-feira quente em Curitiba, descendo de ônibus pela rua XV de Novembro, em direção à praça Santos Andrade, trânsito engarrafado, uma senhora indignada protesta à sua amiga: “Greve de novo? Esse bando de sindicatos só sabem fazer isso!”. Mal sabia ela que diversas centrais sindicais, sindicatos e demais entidades da sociedade civil estariam, bandeiras e faixas em punho, protestando por menores tarifas e melhores condições do transporte público, do qual aquela senhora é usuária.

Inúmeros são os protestos e atos públicos em que sindicatos participam ativamente, mesmo quando os pleitos não estão relacionados à questões salariais ou trabalhistas, podendo, muitas vezes, nem estarem intimamente ligados às categorias representadas pelos mesmos sindicatos. Desta forma, resta a pergunta: porque então os sindicatos par-

ticipam ou promovem tais protestos?

Segundo o sociólogo e pós-doutor em comunicação, Venício Artur de Lima, o que se busca com a necessária participação dos sindicatos no debate público é a disputa pela

A ideia de sindicalismo não é a de se fazer um sindicato para defesa exclusivamente de interesses daquele pequeno grupo, comparado a uma nação

hegemonia. “Em princípio eles devem primar pelos interesses, o ponto de vista da classe trabalhadora nesta disputa ideológica da concepção do consentimento que permite o exercício do poder. O sindicato, além da luta específica, como melhor remuneração e condições do trabalho, são instituições que jogam ou que deveriam jogar um papel fundamental na construção e disputa da hegemonia”, afirma. Para Lima, os sindicatos devem ir além das lutas específicas das suas

categorias, assumindo um papel fundamental no jogo político, uma vez que os interesses dos seus representados se mesclam com os da sociedade. “Os sindicatos devem ir além do que aparentemente seria a questão específica, que para alguns seria a única, do interesse dos trabalhadores que se confundem com interesses da sociedade como um todo”.

De acordo com o cientista político e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Eduardo Garuti Noronha, a ideia de sindicalismo é algo não restrito a um grupo apenas. “A ideia de sindicalismo não é a de se fazer um sindicato para defesa exclusivamente de interesses daquele pequeno grupo, comparado a uma nação”. Noronha afirma que o histórico do sindicalismo no Brasil garante sua importância nas lutas de interesse da sociedade como um todo, influenciando fortemente nos caminhos políticos do país. “Até o início das greves de 78, o debate sobre a transição democrática estava muito centrada nas elites políticas, incluindo a elite de esquerda, de grupos tradicionais de esquerda, e parte do MDB da época. Agora, quando começam as gre-



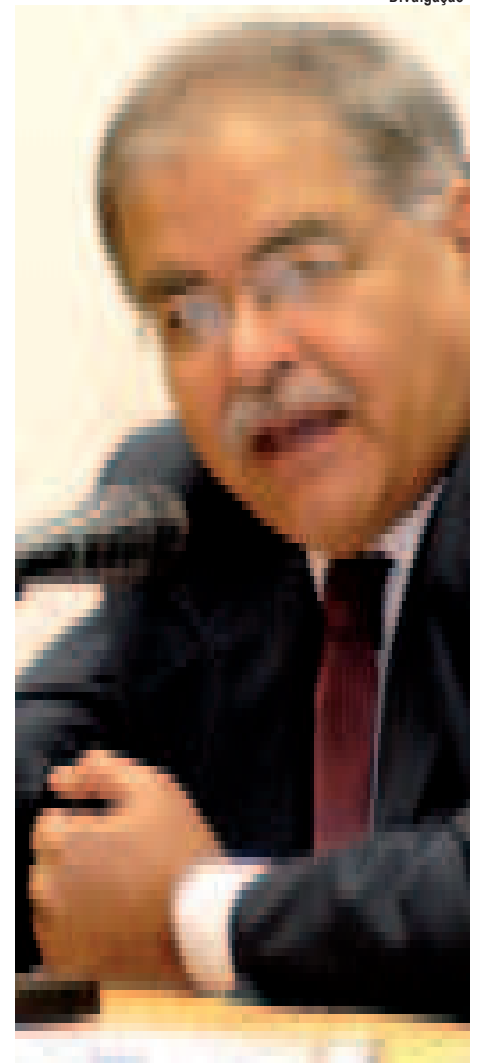


Conscientização e politização da base

De acordo com Hermes Leão, secretário de Organização da APP Sindicato, uma das entidades mais atuantes no debate público paranaense, para que um sindicato possa atuar politicamente na sociedade com representatividade e apoio de sua base, deve antes promover a formação e conscientização dos seus representados. “Para você sustentar um bom debate do papel de um sindicato engajado, você precisa de um importante programa de formação político-sindical. Aqui na APP temos anos a ano um programa de formação que trabalha com história do movimento de trabalhadores no mundo, dos primeiros sindicatos com o advento da própria organização da sociedade capitalista, de que natureza era essa organização desde seu princípio”.

Segundo Leão, cursos de formação político-sindical e um trabalho constante do sindicato na politização de sua categoria influenciam fortemente a conscientização da união entre trabalhadores e sociedade. “Com esse programas nos damos conta de um papel muito importante, de muita solidariedade entre os trabalhadores, de valores que hoje em dia a sociedade não recupera, sobretudo uma solidariedade mais ampla, que é a de, independente da categoria profissional que forem, os trabalhadores estarem irmanados em grandes lutas”, afirma Leão.

A incorporação dos movimentos sociais às lutas e a busca pela internacionalização das entidades sindicais, para o sindicalista, são alguns eixos que os programas de formação política devem contemplar. “O programa de formação é importantíssimo em qualquer sindicato, contemplando, sempre, a incorporação das pautas dos movimentos sociais, de um modo geral, e ter um programa de debate de relações internacionais. Há mudança da sociedade numa

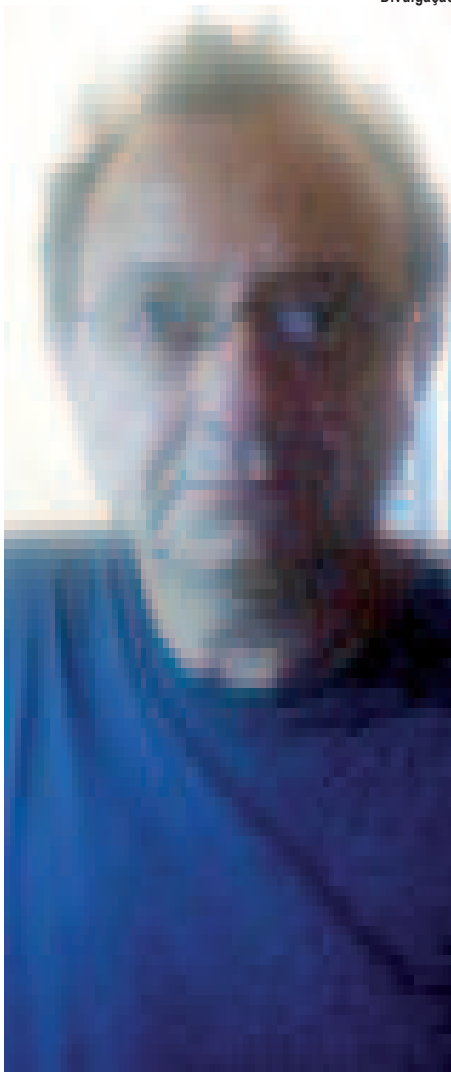


Venício Artur de Lima

linha histórica dos trabalhadores, e um processo de transformação social mais denso não se daria tão somente em um único país. Temos que estar articulados com os trabalhadores de outros países”, aponta Leão.

A categoria em primeiro lugar

Antes de se ocupar com a luta no debate público, os sindicatos devem primar>>>>



Eduardo Garuti Noronha

ves do ABC, e depois essas greves vão se alastrando por todo o país, isso tem uma visibilidade pública do descontentamento popular quase sem precedentes na história do mundo, que desembocará no governo Lula, que foi produto e foi protagonista principal dessas lutas. Não dá para explicar a vitória do Lula como presidente da república e na sua campanha senão através desse processo de greve, de organização dos sindicatos”, afirma Noronha.

pela defesa da própria categoria, conforme afirma Hermes Leão, da APP Sindicato, “o primeiro papel do sindicato é a defesa da categoria, ele nasceu e surgiu historicamente para fazer a defesa dos seus trabalhadores ante seus patrões”.

Para o cientista político Eduardo Garuti Noronha, olhar às margens de sua base deve ser uma das principais preocupações dos sindicatos, na busca de melhor representação de sua própria categoria. “É muito mais importante que os sindicalistas olhem para as margens de sua base, ou seja, toda a categoria que ainda não atinge, aqueles que estão na informalidade, que sofrem abusos, tudo o que infringe a legislação, e não se preocupar apenas com o coração de sua base, ou seja, além de sua zona de conforto, ir não aonde sempre vai, ir além”, propõe Noronha.

Para ele, uma das pautas sindicais na atualidade em defesa dos trabalhadores é a pressão para que o Governo invista mais na contratação de fiscais do Ministério do Trabalho para aumentar a efetivação dos direitos trabalhistas. “Acho que uma das lutas é, inclusive, se o Ministério do Trabalho não tem fiscais o suficiente para fiscalizar as condições do trabalhador, seu sofrimento ante as barbaridades do mercado de trabalho, nas periferias das grandes cidades, os sindicatos poderiam pressionar pela contratação de mais agentes. Essa seria uma agenda importante, seria um impacto de renovação dos sindicalistas, que tem uma compreensão mais ampla da sua base”, afirma Noronha.

Organização do próprio sindicato

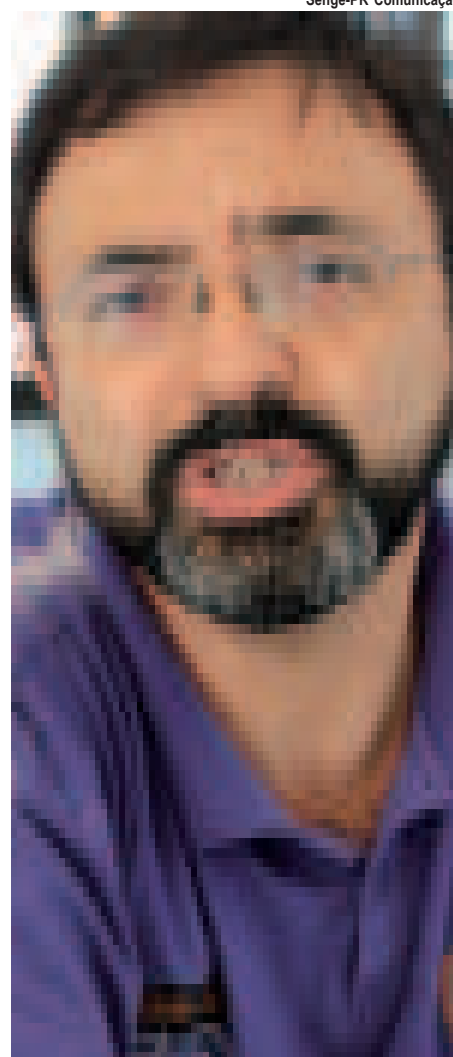
A falta de organização de muitos sindicatos influenciam negativamente na sua atuação ante seus representados, e impossibilitando-o de participar dos debates públicos. Desta forma, o que há é uma recorrência quase sempre dos mesmos sindicatos pautando os debates públicos e marcando o posicionamento ideológico de sua categoria. De acordo com o sindicalista Hermes Leão, da APP Sindicato, são poucos os sindicatos que são vanguarda nas lutas pela sociedade. “Os sindicatos que são vanguarda, que estão num campo de atuação para além de sua categoria são poucos. Sabemos que no país, pelo balanço do Ministério do Trabalho, há em torno

de 18 mil sindicatos, dentre os quais muitos são de gavetas, hereditários, sem estatutos que democratize suas práticas ou coloque a possibilidade de uma oposição realizar uma disputa minimamente democrática”, critica Leão.


De acordo com o sindicalista, muitos ou fazem apenas a defesa minimamente de sua categoria, enquanto outros, nem isso conseguem. “Infelizmente, muitos sindicatos são mancomunados com o patronato, não conseguem e não se organizam para fazer a luta da própria categoria, quanto mais para uma pauta mais geral”, aponta.

O modelo sindical atual brasileiro, para Leão, é um dos piores entraves que auxilia a manutenção de sindicatos sem qualquer representação, criados, muitas vezes, para

A falta de organização de muitos sindicatos influenciam negativamente na sua atuação ante seus representados, e impossibilitando-o de participar dos debates públicos



Hermes Leão

atuar em conjunto com patrões. “Por causa desta estrutura, cria-se muitos sindicatos que historicamente ficam ausentes da luta das próprias categorias. Muitos trabalhadores desconhecem o endereço da sede dos seus sindicatos”, critica Leão. 



Confira o artigo do economista Fabiano Camargo sobre a parceria entre Dieese e sindicatos em www.senge-pr.org.br/jornais.asp
Conteúdo exclusivo na internet



► Opinião

Estado, engenharia e engenheiro

Para o advogado e assessor do Senge-PR, Dr. Eduardo Faria, o Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, acarretou achatamento salarial de engenheiros e diminuição da prática de engenharia pública no país. Resgatar promoção de grandes obras, valorização profissional e salarial dos engenheiros, bem como instrumentos de fiscalização profissional são novos desafios para os sindicatos



O extinto Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado elaborou, em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Estado (PRE). O

documento, aprovado pelo Presidente da República, à época, fixou objetivos e diretrizes para a reforma da administração brasileira, que, especificamente, no campo da engenharia pública, de maneira direta, alterou as funções exercidas e o regime de trabalho dos profissionais da área.

A ação reformista foi concebida e fundamentada como um processo que asseguraria a passagem do modelo de administração formal – baseada em princípios racional-burocráticos – para um modelo de administração pública gerencial – organizada em modernos conceitos de administração e de eficiência, “voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna ‘cliente privilegiado’ dos serviços prestados pelo Estado.” (PRE. p. 7)

Entre os motivos que justificaram a necessidade da reforma encontra-se a crise do Estado construído no pós-guerra, que não conseguiu, no centro e na periferia do capitalismo, canalizar, de forma adequada, as demandas existentes e as expectativas sociais crescentes. A reflexão contida no Plano define a crise do Estado: como uma crise fiscal, tendo em vista a

perda de crédito e o saldo negativo da poupança pública; como uma crise do modelo estatizante de intervenção do Estado, independentemente, da forma que assume (de bem-estar nos países centrais do capitalismo, de substituidor de importações nos países periféricos do capitalismo e de planejador nos países comunistas) e como uma crise do modelo racional-burocrático de administrar o Estado. (PRE. p. 10)

O foco do Plano Diretor está no aparelho do Estado, que “é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar.” A concepção de Estado, por outro lado, é mais ampla que a noção de aparelho, pois incorpora adicionalmente o sistema político-jurídico constitucional e legal, que “regula a população nos limites de um território

A solução para esta crise do Estado estava na assunção de uma série de medidas, que garantiriam a sua autonomia financeira e revitalizariam sua capacidade de implementar políticas públicas. Nessa conjuntura, foram propostas as seguintes reformas: fiscal; econômica destinada ao fomento do mercado li-

vre; previdenciária; nos mecanismos de política social e no aparelho do Estado para aumentar a governança. (PRE p. 11)

É importante destacar que o Plano Diretor diferencia reforma do Estado de reforma do aparelho do Estado. A diferenciação tem o objetivo de orientar, de maneira clara, que as ações propostas destinam-se à “estrutura organizacional do Estado, em seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis (União, Estados-membros e Municípios).” O foco do Plano Diretor está no aparelho do Estado, que “é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos Três Poderes, por um corpo de funcionários, e pela força militar.” A concepção de Estado, por outro lado, é mais ampla que a noção de aparelho, pois incorpora adicionalmente o sistema político-jurídico constitucional e legal, que “regula a população nos limites de um território. O Estado é a organização burocrática que tem o monopólio da violência legal, é o aparelho que tem o poder de legislar e tributar a população de um determinado território.” (PDE . 12)

Nesse sentido, o processo de reforma iniciado com o Plano Diretor tem uma transversalidade que perpassa por todas as esferas da estrutura do Estado (três poderes e níveis), buscando o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação. No tocante aos trabalhadores vinculados à administração, a proposta gerencial propunha também a flexibilização da estabilidade e a combinação de regimes jurídicos diferenciados – por exemplo, estatutário e celetista. (PRE. p. 7)

Estas modificações no âmbito das funções e dos regimes alterou os objetivos e as diretrizes das ações praticadas pela engenharia pública brasileira, enfraquecendo o profissional ligado à administração. Os >>>

engenheiros das distintas áreas de atuação deixaram de ser os responsáveis pelas execuções diretas das obras e passaram apenas à gerenciá-las. A passagem significa mais que uma alteração semântica. O signo e o significado expressam que o Estado deixou de ser, em verdade, o planejador, o produtor e o executor direto das obras de engenharia e, por consequência, o engenheiro público passou a ser desvalorizado no espectro de suas atribuições e remunerações.

A primeira é percebida com a redução da complexidade das atividades desenvolvidas pelo profissional que anteriormente participava de todo o processo de planejamento, de produção e de execução de algum determinado bem ou serviço estatal. As funções estão voltadas atualmente ao gerenciamento do patrimônio público que foi privatizado ou repassado à iniciativa privada por meio de concessão (ex. estradas com pedágio).

A segunda é percebida no valor médio pago ao engenheiro que ingressa na administração e o tempo necessário para elevação do padrão de remuneração a ponto de atingir o piso nacional da categoria pago ao profissional que está na iniciativa privada (R\$ 5.598,00). No Estado do

Paraná, em 2010, o valor inicial pago ao engenheiro era de R\$ 2.425,11 e o mesmo profissional precisa de 5 a 10 anos de serviço público para atingir o piso nacional (DIEESE, 2012). Tal fato evidencia uma desvalorização do padrão remuneratório e, por consequência, do profissional da engenharia pública.

O signo e o significado expressam que o Estado deixou de ser, em verdade, o planejador, o produtor e o executor direto das obras de engenharia e, por consequência, o engenheiro público passou a ser desvalorizado no espectro de suas atribuições e remunerações

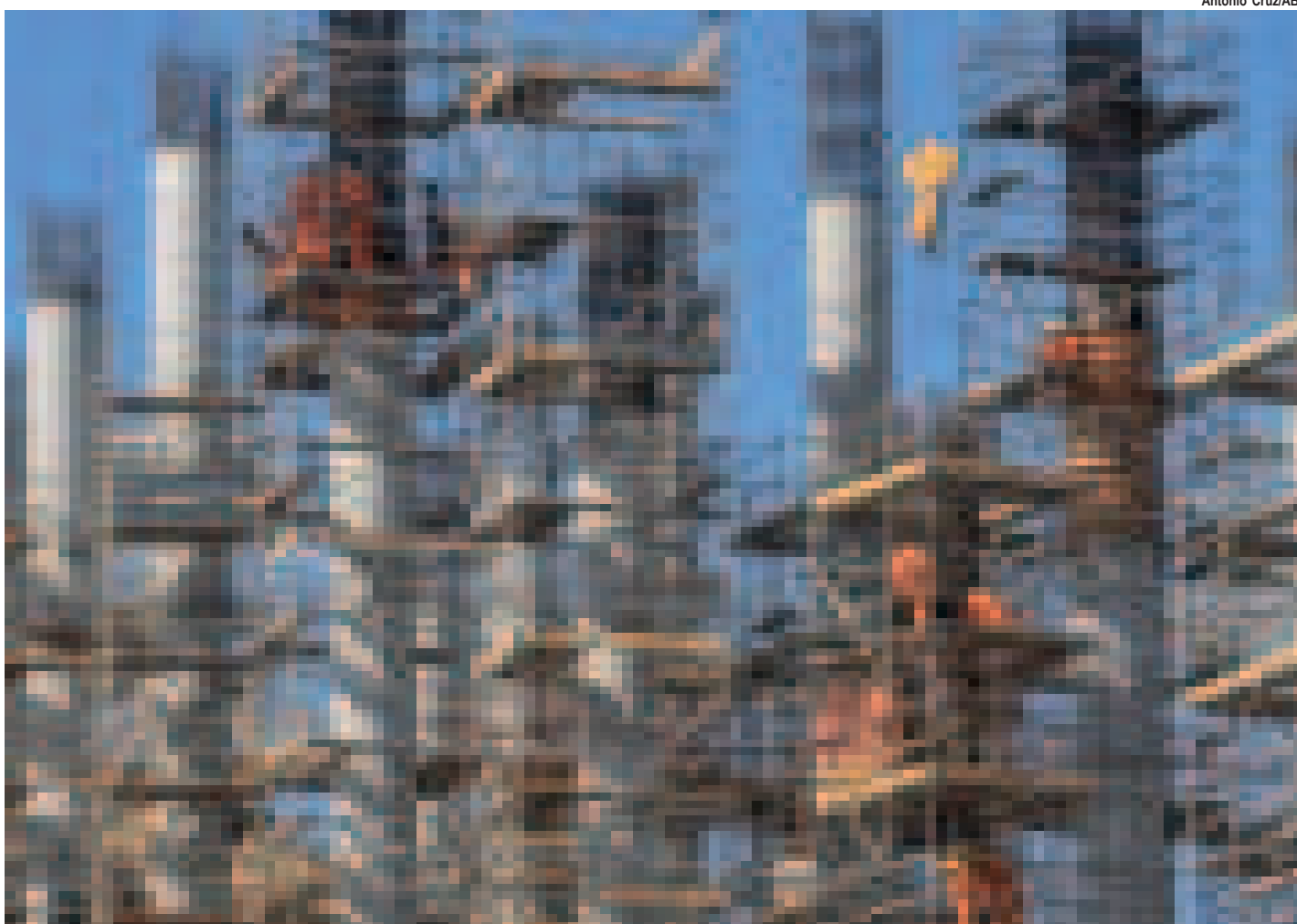
A alteração da função de executor para gerenciador não se traduziu em eficiência da administração pública. A combinação de ausência de estrutura para fiscalização e baixa remuneração fragilizou a engenharia

e o engenheiro, que não se sente valorizado profissional e economicamente.

O presente contexto apresenta, ao menos, três medidas a serem promovidas pelos sindicatos e tomadas pelo Estado no campo político-jurídico para valorizar a profissão e o profissional da engenharia: retomada da ação estatal direta no planejamento, na produção do conhecimento e na execução de atividades estratégicas de engenharia pública (ex. planejar as cidades do futuro; produzir novos conhecimentos nas áreas de bio e nanotecnologia; executar obras estratégicas como as ligadas aos recursos naturais); garantia de instrumentos eficazes de fiscalização e o efetivo poder de regulação e controle do Estado sobre os contratos e elevação do padrão remuneratório do engenheiros que atuam no setor público.

As medidas sugeridas, de forma alguma, pretendem esgotar a análise do tema, mas estimular uma reflexão sobre a importância do Estado, da engenharia e do engenheiro do setor público como planejadores, produtores e executores direto de obras e serviços.

Antonio Cruz/ABr



Execução de atividades estratégicas de engenharia pública é uma das medidas a serem promovidas para valorização profissional de engenharia



► Opinião

Negociações coletivas

Assessora jurídica do Senge-PR para questões trabalhistas, **Melina Aguiar Rosa**, faz uma análise da importância dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho e os avanços econômicos e sociais que as entidades conquistaram aos trabalhadores



No início do século XIX, alguns operários, cientes da desvantagem em se discutir isoladamente as condições de trabalho com seus patrões, passaram a reunir-se para acertar suas reivindicações, as quais eram, em seguida, levadas pelo grupo aos seus empregadores. Alguns empresários atendiam aos pleitos dos trabalhadores, outros sequer os recebiam, iniciando-se as greves.

Sob o argumento de que tais associações geravam perturbação da ordem, em certo momento histórico as uniões com espírito de classe foram proibidas, sendo consideradas, inclusive, crime, com a lei sobre o delito de coalizão. Com a revogação dessa lei, iniciou-se uma fase de aceitação do direito de associação, que acabou por ser reconhecido na Inglaterra em 1824, a partir de quando grupos informais, compostos essencialmente por operários especializados, passaram a se transformar gradativamente nas *trade unions*, organizações que se encarregaram de negociar as condições dos contratos individuais de trabalho.

Nesse momento, não havia diploma legal que obrigasse o empresário a aplicar a todos os seus funcionários os ajustes firmados com tais uniões de trabalhadores, contudo, o *gentlemen's agreement* assegurava o respeito às cláusulas pactuadas. Dessa forma, as associações de operários conduziram as relações patrão x empregado a um avanço considerável, que foi intensificado quando o Estado passou a nestas interferir, criando leis e impondo sua observância, momento a partir do qual às negociações coletivas fora definitivamente atribuída a nobre função de complementar, e até mesmo aumentar, o rol de direitos legalmente garantidos.

Tal acréscimo de direitos é formalizado nos Acordos ou nas Convenções Coletivas, celebrados, em geral, após exaustivas nego-

ciações realizadas entre sindicatos e empresas ou entre sindicatos obreiros e sindicatos patronais, respectivamente. As regras consolidadas nos aludidos instrumentos coletivos fazem com que o Direito do Trabalho se apresente distintamente dos demais ramos do Direito, por possuir em seu bojo normas advindas de construção privada, em contrapartida ao clássico arcabouço jurídico de criação estatal.

Assim, quando falamos nos direitos assegurados aos trabalhadores, várias são as fontes das quais emanam esse rol de garantias que lhes é atribuído, indo da Constituição da República, passando pela CLT e demais leis ordinárias, pelos regulamentos normativos, pelos tratados e convenções internacionais, pelas sentenças normativas, até àquelas que atribuem o viés diferenciador ao Direito do Trabalho: as Convenções e os Acordos Coletivos, responsáveis, como já mencionado, pela ampliação das garantias previstas na legislação tradicional.

E no afã de cumprir essa missão de complementar e aumentar o conjunto de direitos assegurados, é que os Sindicatos, representando a união dos trabalhadores, permanecem até hoje negociando com os empregadores, na constante busca de garantir plenamente esse espaço que torna possível a edificação do sistema legal de proteção ao trabalho, conforme as mais genuínas reivindicações dos empregados.

Nesse sentido, direitos como adicional de horas extras, previsto pela Constituição da República no percentual mínimo de 50%, muitas vezes é majorado por força de negociações coletivas de trabalho. O mesmo se dá com estabilidade no emprego, garantidas, por exemplo, às gestantes, aos dirigentes da CIPA e de sindicatos, mas não previstas legalmente aos empregados que estejam às vésperas de se aposentarem, direito este frequentemente vislumbrado em convenções e em acordos coletivos.

Tão respeitável é o papel dos sindicatos nessa construção de regras, que muitas vezes o Estado chancela as conquistas dessas entidades, instituindo leis dispendo acerca de direitos já dantes previstos em instrumentos

coletivos. Portanto, o papel dos sindicatos na aludida luta de classes sobrepassa a função de instrumento fiscalizatório do cumprimento das normas de produção estatal, para alcançar o posto de legítimo criador de regras, ofício que em várias oportunidades lhe é imposto, inclusive, pela própria lei, como ocorre com a participação nos lucros e resultados, que será objeto da “livre negociação entre as partes”.

Vale ressaltar que a tarefa de estabelecer normas tem sua importância proporcional à sua dificuldade. O desenvolvimento das negociações coletivas – que comporta uma série de atos para a discussão dos pleitos formulados pelos trabalhadores – é imprevisível, pois submetida a progressos e retrocessos, a entendimentos e desentendimentos, que podem, muitas vezes, culminar em greves.

Assim, há fases negociais que se desenvolvem cordialmente, mas há também aquelas que se assemelham a verdadeiras batalhas de uma guerra, exigindo dos atores negociais bom senso e preparo para lutar e fazer valer os direitos dos seus representados do melhor modo possível. Para tanto, faz-se imprescindível que os negociadores tenham o apoio dos trabalhadores, aos quais cabe munir seus representantes argumentativamente e dar-lhes força e respaldo para que possam defender os interesses da categoria.

Fundamental também que os sujeitos negociais atuem em seu encargo com honestidade, lealdade, decoro e honradez. Tais predicados são essenciais para o êxito dos entendimentos durante as discussões de um acordo. A boa-fé é princípio geral de direito contratual e sua observância mais do que se justifica na negociação coletiva trabalhista, eis que o seu desprezo pode acarretar no fracasso de uma negociação, fazendo cair por terra a louvável função das entidades sindicais, de potenciais criadoras de direitos.



Confira alguns dados do Senge-PR em 2011, como número de convenções e acordos coletivos
www.senge-pr.org.br/omais.asp

Conteúdo exclusivo na internet

► Opinião

Comunicação sindical e mídia contra-hegemônica

A comunicação dos sindicatos é uma mídia alternativa? Ela tem um papel na disputa de hegemonia na sociedade? Qual pode ou deve ser seu papel político-social? O escritor e coordenador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), Vito Giannotti, responde a tais questões e defende a necessidade dos sindicatos, com seus meios de comunicação, posicionarem-se na luta pela hegemonia



Historicamente, existem duas visões básicas sobre sindicato. A primeira nasceu no campo das lutas operárias do século XIX e foi influenciada pelas ideias

socialistas que se contrapunham radicalmente às ideias capitalistas liberais dominantes.

Por esta visão, a luta operária deveria ter como objetivo imediato melhorar as condições de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, deveria lutar para melhorar, isto é, mudar totalmente as condições de vida do povo trabalhador. Ou seja, o sindicato deveria ser uma escola de luta de classes, um passo na organização rumo a uma sociedade socialista. Esta visão se expandiu principalmente nos países do sul da Europa: França, Itália, Espanha, Portugal e nos países que foram suas zonas de influência.

Havia outra visão, que passou a ser dominante nos países anglosaxônicos. Sua ideia central é a aceitação da sociedade capitalista, mas com a necessidade de amenizar, melhorar suas práticas de exploração e opressão. Foi chamada inicialmente de visão socialdemocrata, depois passou a ser considerada sócio-liberal e hoje, neoliberal, adaptada à sociedade dominante.

Nesta perspectiva os sindicatos devem lutar unicamente por interesses imediatos, concretos dos trabalhadores e deixar de lado outras preocupações ideológicas e políticas. Eles não convivem com a sociedade capitalista só se preocupando em vender melhor a força de trabalho dos seus afiliados.

Visões opostas comunicação oposta

Neste sentido qual é a função, o papel, a tarefa da comunicação sindical seja que se trate de jornal, revista, rádio, TV ou do mundo da internet? Onde queremos chegar? Qual a sociedade que sonhamos para nossa categoria e para todos os trabalhadores (município, Estado, País)?

Se nos propomos a conviver com a sociedade neoliberal mundialmente dominante é uma coisa. Se apostamos que “outro mundo é possível”, isto é, se queremos construir um mundo justo e solidário, é outra. A comunicação do sindicato deverá deixar clara sua opção. Se queremos um mundo com direitos à saúde, educação, serviços públicos universais, cultura e vida plena, a luta dos trabalhadores deverá ser uma. Se queremos somente uns 10% de aumento, umas feriazinhas e uma aposentadoria privada, a coisa é outra.

E a comunicação? Dependerá desta opção político-ideológica básica.

Uma comunicação extremamente difícil

A comunicação sindical de quem sonha e quer construir “outra sociedade” é muito difícil. Hoje a hegemonia ideológica, no mundo, é do sistema capitalista neoliberal com sua hegemonia econômica e militar. Marx já dizia isso em A Ideologia Alemã: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”.

Hoje, evidentemente, os valores são os do sistema: individualismo, competição, consumismo desenfreado a qualquer cus-

to, seja pessoal, social ou ambiental. E como a classe dominante difunde suas ideias? Através das duas pernas constituintes da hegemonia que Antônio Gramsci definia com as palavras: “convencimento e força”. A força é o conjunto de aparatos político-repressivos-opressivos que vão da Escola aos famosos Três Poderes. O convencimento é o resultado exatamente da comunicação. Tudo, jornais, editoras, revistas, cinema, rádios, televisão e toda a gama de instrumentos da comunicação eletrônica é usado a cada hora e em cada ocasião para convencer, aliciar, chantagear, enfim ganhar a adesão de milhões.

Para mudar este mundo, sindicatos, centrais sindicais, associações e partidos comprometidos com este “outro mundo possível” precisam convencer, ganhar, envolver, organizar e mobilizar centenas, milhares, milhões. E como fazer para ganhar corações e mentes deste milhões? Como chegar a ter a força para construir o tal mundo possível? Só com muita, muita, muitíssima comunicação.

Combater o mito da neutralidade

Uma ideia que serve muito bem para enganar, quando fala-se de comunicação, é a ideia de “opinião pública”, ou seja, a opinião geral da maioria. Esta opinião pública não nasce do nada. Ela é criada. Os fatos são a base material desta construção, mas quem é que define o que é ou não um fato? O que é uma notícia que merece ser levada ao conhecimento do público? É nessa definição que começa a formação das opiniões de milhares de leitores, ouvintes ou



telespectadores. Aí nasce a opinião pública. Quem relata o fato é a mídia: rádios, TVs, jornais, revistas e internet.

E essa mídia não é neutra. Ela tem dono. E dono tem classe, interesses de classe. Esses interesses são os da classe dominante. Nesse sentido não existe “A” mídia, uma mídia só. Existem duas mídias. A mídia da classe patronal que podemos chamar de mídia empresarial, comercial, burguesa. A mídia “deles”. A mídia dos inimigos da classe trabalhadora. É a mídia do sistema que quer sempre manter, conservar este sistema que aí está.

Infelizmente, esta mídia é muito forte. Tão forte quanto o capital que eles têm. Em contraposição a esta, temos a nossa mídia que é fraca, totalmente insuficiente. Por enquanto. Davi também era tremendamente mais fraco que o gigante Golias, mas com seu estilingue o derrubou.

Construir nossa comunicação

Hoje, na era da internet há muitas possibilidades de avanços na comunicação de um sindicato ou movimento social. Possibilida-

des. Mas daí a se tornar realidades, há muito caminho pela frente. A internet permite quase milagres seja nos conteúdos seja na forma dos nossos materiais. Mas, há bilhões de seres humanos que precisam de todos os meios de comunicação para ser ganhos para a visão de “outro mundo possível”.


Não podemos nos iludir com a parafernália da comunicação eletrônica. A comunicação dos trabalhadores avançou nos últimos 30 anos? Certamente não. É só ver o que sobra dos partidos e seus veículos de comunicação que foram os grandes partidos da classe operária mundial. Basta pensar nos PCs da Itália, França e Espanha.

Sim, houve avanços nas nossas comunicações, mas também tremendos retrocessos. No Brasil, em 1990 tínhamos 6 jornais sindicais diários. Hoje temos dois. Muitos jornais nossos passaram de semanais a quinzenais ou até mensais. E mesmo no campo da comunicação eletrônica há muito a fazer. Quantos sindicatos tem um boletim eletrônico DIÁRIO? A gente se consola com a famosa home page ou até da rádio-web, ou TV-web. Mas isso é muito pouco.

Precisamos encarar o fato que a hegemonia, hoje, é dos nossos inimigos.

Eles que empestieiam a cabeça de milhões com suas mentiras sobre a Venezuela, a crise na Europa, a eleição nos EUA ou a inocência da Veja no caso da CPI do tal Cachoeira. A visão hegemônica é a que eles difundem. E nós? O primeiro passo para os trabalhadores chegar a ter sua hegemonia é o “convencimento” de milhões de suas ideias, de seus valores. É esse o desafio da nossa comunicação.

A batalha a ser travada é enorme

Se queremos ter milhões de trabalhadores na luta política, precisamos convencê-los do contrário do que prega a ideologia dominante. Para isso precisamos de muita luta social, com associações de todo tipo, sindicatos, federações, centrais, partidos dispostos a combater os fundamentos desta sociedade e construir outra totalmente diferente. É uma disputa que exige luta social política e ideológica. Para isso, é preciso construir, ampliar, aperfeiçoar infinitamente nossa comunicação para mostrar e divulgar a necessidade e o caminho dessas lutas. 

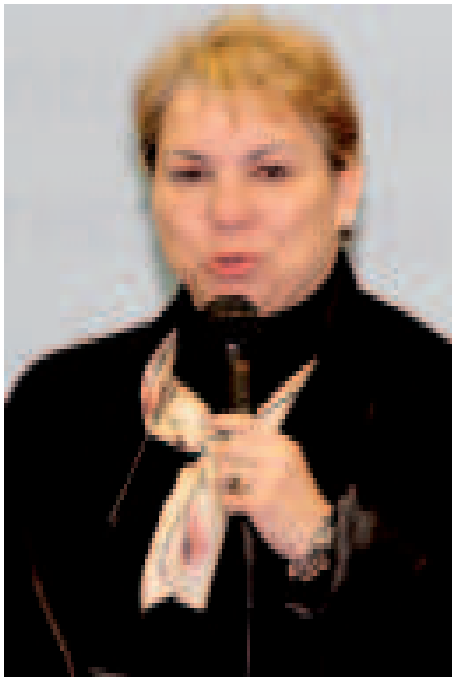
Alexsandro Teixeira Ribeiro



AGENDA SINDICAL

► Informações sobre o dia-a-dia e a atuação do Senge-PR

Crescimento da economia não é baseado no consumo, afirma presidente do Ipea



Em palestra realizada no dia 31 julho, no auditório do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), a então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Vanessa Petrelli, afirmou que, ao contrário do que vem sendo apregoado pela grande mídia, o crescimento econômico brasileiro não é fruto de um modelo baseado no consumo. “Há uma mudança no regime de crescimento da economia brasileira, com a redução das desigualdade aliada a políticas sociais e investimentos públicos e privados em infraestrutura que vem dinamizando a economia brasileira. É um modelo de crescimento includente e que não está esgotado. Além disso, não existe economia puxada apenas pelo consumo”, ressaltou Petrelli.

O evento foi organizado pelo Instituto Ambiens e contou com a presença de engenheiros, sindicalistas, professores e estudantes. Após a palestra, José Henrique de Faria, Professor Titular da Universidade Federal do

Paraná no Programa de Pós-Graduação em Administração e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas coordenou um debate sobre a apresentação. Faria considerou que apesar dos avanços, o desenvolvimento do capital ainda é muito superior ao desenvolvimento social. A presidente do Ipea contrapôs afirmando que apesar das dificuldades e de avanços tímidos na redução das desigualdades sociais, “não podemos voltar ao modelo anterior, baseado num crescimento voltado unicamente pela exportação. Por isso, estou convencida que a economia brasileira está estruturalmente bem posicionada – porque crescentemente impulsionada por um processo de redistribuição da renda e inclusão social sem paralelos na história recente do país”, ressaltou.

O ex-presidente do Senge-PR, engenheiro civil Valter Fanini, questionou Petrelli sobre a desestruturação dos quadros técnicos, principalmente dos setores voltados a engenharia, dificultando o andamento de obras e investimentos públicos. Petrelli concordou com a constatação de Fanini e ressaltou que a legislação das licitações também dificulta o andamento de novas investimentos. “Muitas vezes a burocracia é tão grande, que inviabiliza qualquer possibilidade de gastos públicos, que são fundamentais em qualquer economia do mundo”.

Senge-PR e Crea-PR assinam convênio para fiscalização do salário mínimo profissional

O Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR), firmaram, no dia 12 de julho, um convênio para aumentar a fiscalização do cumprimento da Lei do Salário Mínimo Profissional. A Lei 4950-A/66 determina a remuneração mínima de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Para o presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, o convênio entre as entidades fortalecerá ainda mais o cumprimento da legislação. “A união de forças dessas duas entidades contribuirá para o crescimento da valorização dos profissionais, pois infelizmente, muitos empregadores não cumprem a lei. Por meio de ações jurídicas, o Senge conseguiu ótimos resultados. Agora, atuando de forma conjunta, temos a possibilidade de obter mais dados e exigir de forma mais contundente o cumprimento dos nossos direitos”, afirmou.

O presidente do Crea-PR, Joel Krüger, ressaltou que a união entre as entidades é fundamental para obter resultados mais efetivos e valorizar os profissionais. “O trabalho em conjunto é importante para identificarmos os setores da engenharia que estão tendo problemas e para que a fiscalização fique mais efetiva”, destacou.

A assinatura do convênio entre as entidades foi realizada na sede do conselho e contou com a presença do presidente do Crea-PR, Joel Krüger, do presidente do Senge-PR, Ulisses Kaniak, da gerente do Departamento de Fiscalização do Crea-PR, Vanessa Moura e do Coordenador regional do Colégio de Entidades Regionais do Crea-PR, Edgard Faust Filho.



Jornal Engenheiro

SENGE-PR

Jornal do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná
Ano 21. Número 111. Agosto a dezembro de 2012

www.senge-pr.org.br senge-pr@senge-pr.org.br [facebook.com/sengepr](https://www.facebook.com/sengepr) twitter.com/senge-pr

	Impresso Especial 0012232533-00/PR SENGE-PR CORREIOS...CORREIOS...	
REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL		
EM _____		
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE N.º INC.	<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> FALCIDO
<input type="checkbox"/> OUTROS:		

Sindicalismo hoje

Quais os desafios para o movimento sindical contemporâneo?

Crise, reflexos do neoliberalismo, corporativismo, amplitude das pautas, retomada de diálogo com o Governo, perda do protagonismo em grandes lutas. Sociólogos, cientistas políticos, sindicalistas e especialistas comentam o mundo sindical atual, suas perspectivas e desafios. Confira a opinião de Emir Sader, Venício Lima, César Sanson, Centrais Sindicais, Paulo Paim, Sepúlveda Pertence e mais.

